

Senado não vota projeto de lei salarial

Até o final da noite de ontem, não havia no Senado número suficiente de parlamentares para votar o projeto de lei salarial aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada, que prevê reajuste mensal pela inflação para quem ganha até cinco salários mínimos, reajuste trimestral para a faixa de cinco a dez mínimos e livre negociação acima de dez mínimos.

O número mínimo exigido para haver votação é de 38 senadores e compareceram apenas 27. Dos presentes, 21 eram da oposição e oito de partidos que apoiam o presidente Fernando Collor. Apesar da ampla maioria oposicionista no plenário, o líder do governo, senador José Ignácio Ferreira, responsabilizou os adversários pela falta de quórum, sem explicar onde estavam seus liderados.

O governo antecipou-se ao Congresso e anunciou a concessão de um abono — a ser descontado posteriormente — para os trabalhadores de até três salários mínimos, no percentual que exceder a 5% de inflação. Ainda se discute a periodicidade — se mensal ou trimestral — do abono, que na prática funcionaria como um gatilho salarial.

Falta decidir, também, se o abono será concedido na reedição da Medida Provisória 193, que trata da recomposição das perdas salariais. A medida terá de ser reeditada porque, tendo sido baixada na semana passada, não poderá ser apreciada pelo Congresso no prazo de 30 dias estabelecido pela Constituição, por causa do recesso parlamentar de julho. A reedição está prevista para 27 de julho, mas os líde-

res governistas acham que a questão deve ser resolvida antes.

Para o líder do governo da Câmara, deputado Renan Calheiros, o presidente Collor deveria baixar uma medida provisória específica para o abono. Mas isso exigiria a convocação extraordinária do Congresso, pois a Constituição determina que, quando o Executivo edita medida provisória, os deputados e senadores têm de ser convocados em cinco dias para examiná-la.

O projeto aprovado pela Câmara concede, além de aumentos automáticos para quem ganha até cinco salários mínimos, um gatilho para salários até dez mínimos, quando a inflação ultrapassar 5%. Para evitar a aprovação desse texto, que segundo o governo reindexa a economia, os governistas ainda tentavam à noite, no plenário da Câmara, um acordo com o PMDB e o PSDB. O líder do PFL, Ricardo Fiúza, e Renan Calheiros chegaram a aceitar que o abono para a faixa de até três mínimos fosse concedido levando em consideração o índice de inflação total e não apenas o percentual que excedesse 5%. Mas o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco, e o do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB) não concordaram com o termo "abono", insistindo que o reajuste fosse a título de reposição, incorporada aos salários. O governo não aceitou.

O deputado Ibsen Pinheiro, disse que a falta de quórum no Senado foi uma manobra do governo, posta em prática com apoio do presidente da casa, senador Nelson Carneiro, para evitar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias antes do recesso de julho.